

A CULTURA GRIÔ E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: TRADIÇÃO, HISTÓRIA E PEDAGOGIA

FELIPE CARDOSO LEITE¹; VALTAIR AUGUSTO FIRMINO E SOUZA²;
MATEUS DE BIRTENCOURT NOGUEIRA³; ANA INEZ KLEIN⁴

¹UFPEL – felippec.zero@gmail.com

²UFPEL – valtairaugusto@hotmail.com

³UFPEL - grczmateus@gmail.com

⁴UFPEL – anaiklein@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira hoje sofreu várias mudanças, do presencial ao remoto as alterações que foram criadas eram até então uma porcentagem pequena no que se refere ao ensino nas escolas principalmente brasileiras. A pandemia mostrou para o meio acadêmico como os modos alternativos de aprendizado e ensino são essenciais para o desenvolvimento dos alunos e é pensando neste ponto que os autores deste trabalho buscam apresentar o ensino milenar dos africanos sendo os professores os "Griôs".

Esta é uma pesquisa bibliográfica que foi realizada durante a disciplina de Educação Patrimonial da disciplina de História, para a realização de um projeto a ser aplicado. O intuito deste trabalho é apresentar os resultados de trabalhos acadêmicos que debruçam sobre o Griô e como é exercido seus ofícios como pedagogos no Brasil, junto demonstrar a valorização destes mestres e seus conhecimentos que são repassados por meio da tradição oral.

A educação patrimonial é um elemento valioso para o desenvolvimento do caráter, identidade e até mesmo nacionalidade de qualquer indivíduo na sociedade. É um processo sistemático e educacional centrado nos patrimônios como fonte primária de conhecimento e aprendizado individual e coletivo (IPHAN, 2014). Ao pensar na cultura griô como um patrimônio imaterial que faz parte da cultura do Brasil (SALOM, 2019), por meio da Educação Patrimonial, é possível encontrar meios de difusão desses saberes e práticas no meio acadêmico, compreendendo melhor suas influências, sua história e como ela é trabalhada.

Vindos de uma tradição centenária que surgiu ainda na época dos impérios africanos e em especial a queda do império de Gana (DORSCH, 2020), a pedagogia griô traz consigo o ensino por meio da oralidade e os modos alternativos que vem surgindo, sendo alguns exemplos a música, o conto, o instrumento e cultos religiosos.

O meio jurídico brasileiro traz a proteção da tradição Griô no projeto legislativo 1786/2011 (FEGHALI, 2011) onde trás não somente a proteção e apoio a esta tradição brasileira de origem africana como também trás em seu texto as formas como os griôs se manifestam e qual a forma de receber um título de Griô (SALOM, 2019).

Um dos fundamentos da institucionalização dos griôs no Brasil, foram a partir das ações da ONG Grão de Luz e Griô, que com intuito de formação de Mestres Griôs, começaram a desenvolver um método de educação chamada Pedagogia Griô, que tem como princípios a humanização, sensibilização, a troca de conhecimentos entre mestres e alunos e a identificação (PACHECO, 2015).

2. METODOLOGIA

Durante a disciplina de Educação Patrimonial do curso de bacharelado em História, foi decidido entre nós o desenvolvimento de um projeto sobre um patrimônio imaterial que é a cultura griô, para ter melhor conhecimento de como ela é desenvolvida no Brasil.

A partir disso, traçamos um paralelo histórico de sua origem no continente africano e seu processo de incorporação na cultura nacional, assim, passamos a um processo de pesquisa dos referenciais históricos e teóricos que nos ajudassem na composição deste trabalho, no qual também tivemos algumas conversas com o Mestre Griô do tambor de sopapo Dilermando Freitas, que contribuiu para melhor compreensão dos saberes e ofícios que exerce um griô e como atuam na educação.

Dessa forma conhecemos o Projeto de Lei Griô que busca a incorporação e legitimidade destes mestres Griôs legalmente, assim, descobrindo os trabalhos da Lilian Pacheco e da ONG Grão de Luz e Griô, que busca melhor trabalhar a chamada Pedagogia Griô e como ela funciona como um modelo menos tradicional e formal de educação que se utiliza dos Mestres Griôs como mediadores para o conhecimento histórico e cultural de uma região.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a pesquisa feita a partir da história sobre a cultura griô, traçamos sua origem desde a África, no período pré-colonial, onde nas regiões do Império de Gana (DORSCH, 2020) e no Império de Mali (SILVA, 2013), existiam os *griots*, também conhecidos como *djelis*, os quais eram povos que tinham grande valorização da tradição oral para a perpetuação dos conhecimentos, histórias dos impérios e dos acontecimentos importantes que eram passados entre gerações, preservando a memória daquelas sociedades, utilizando muitas vezes de recursos como a música para a contação dessas histórias.

“(...) o griot atuava como porta-voz do mansa (imperador), era o historiador que preservava e transmitia as genealogias e gestas dos nobres e heróis, ensinava as crianças e animava as festas com suas atuações poéticas e musicais. (...) A sua colaboração com os historiadores africanos têm um caráter especialmente significativo, ao serem valorizados como fontes históricas que possibilitaram contestar a historiografia colonial europeia.” (SALOM, 2019)

Durante os três séculos de escravidão que houve no Brasil, importando africanos para trabalharem nos diversos setores de serviço e comércio em todo o território, foi se estabelecendo a cultura afro como uma das principais influências da cultura brasileira, mesmo que pouco reconhecida oficialmente por muito tempo, foi se desenvolvendo e resistindo como uma identidade nacional, mesclando-se com outras influências culturais indígenas e também europeias, distinguindo-se de suas origens, modificando e tornando-se algo específico de nossa cultura.

Ao incorporar a cultura *griot*, foram sofrendo algumas modificações, inclusive da própria nomenclatura a abasileirando, do nome *griot*, tradicionalmente mais utilizado, para griô, com o objetivo de manter a significação do termo ‘original’, porém também transformando-a, num contexto aplicado ao Brasil. Configurando os griôs, os mestres da cultura popular nacional de suas regiões, porém sendo bastante debatido (SANTOS, 2015).

Esse engajamento da importância cultural dos griôs, vem tomando força nas últimas décadas, graças ao projeto Ação Griô como política nacional em 2006

(SALOM, 2019), ela foi importante para oficializar os mestres dos saberes que estão espalhados por todo o Brasil, é diferente dos *griots* africanos, os brasileiros não são necessariamente apenas afro-brasileiros, mas também indígenas, entre outras personalidades, mestres e detentores de um conhecimento que exercem essa prática por meio da tradição oral.

Foi importante para a institucionalização do Projeto de Lei Griô 1786/2011, que visa colocar como política nacional o meio de tradição oral, o conhecimento geracional destes mestres. O projeto de lei para receber a titulação de Griô tem os requisitos para aprovar a titularidade, nas quais no ato da inscrição deverá comprovar vinculação com um ou mais Griôs e Mestres de tradição oral, e receberá capacitação pedagógica principalmente focada na tradição oral e nos saberes e qualificação técnica para elaborar projetos culturais (FEGHALI, 2011).

Um dos pontos importantes que compreendem a cultura griô no Brasil é sua forma de ensino, conhecida como Pedagogia Griô, que tem seu desenvolvimento com a ação da ONG Grão de Luz e Griô, nos lençóis da Bahia, onde começou a desenvolver formalmente uma forma de pedagogia, o intuito era de trazer esses grandes conhecedores e mestres, nos quais adquiriram seus conhecimentos, saberes e fazeres, sobre a cultura popular do Brasil por meio da tradição oral e a meta de conseguir passar seus ensinamentos para os mais novos por meio das escolas e outros espaços de educação (SILVA, 2012), instigando a importância da ancestralidade, memória e identidade como forma de ensinar sobre aqueles espaços onde os alunos são inseridos. Tendo como objetivo distanciar-se dos modelos tradicionais de ensino, buscando um ensino mais humanizado, afetivo, com trocas entre diálogos, onde o aluno se identifique com aquilo que está sendo mostrado para ele (PACHECO, 2015).

Além das influências da filosofia africana, também afro-brasileira e dos nativos indígenas, com inserções de ensinamentos do candomblé e aprendizados da cultura indígena, usa-se também métodos da pedagogia de Paulo Freire, igualmente da pedagogia do chileno Rolando Araner, dentre outras formas de ensino onde se busca essa educação mais afetiva, do cuidado com o outro e com o meio (SOUZA, 2014), que se preocupa em ser mais humanizada.

4. CONCLUSÕES

Traçando um paralelo histórico da história dos griôs, é possível melhor valorizar esse tipo de conhecimento que está inserido dentro da cultura brasileira, apesar de pouco difundido, devemos dar maior atenção a detentores de conhecimento não tradicional, pois com eles se descobre outras óticas de se observar o Brasil.

Com a institucionalização da Pedagogia Griô, de forma a inseri-la dentro da educação formal, que está em processo em trânsito ainda hoje, porém desenvolvendo-se de forma orgânica para dentro das escolas públicas, com projetos como esse, de Educação Patrimonial, nos quais incentivam a fomentação de um modo diferente de ensino que incentive o aluno olhar para si e olhar em volta e poder sentir-se parte do meio em que está inserido.

Estes saberes, relacionados ao tema proposto, encontrarão seu maior sentido quando levados às escolas dentro do objetivo mais importante e que dá sentido à existência da universidade, que é a sua inserção na comunidade. O diálogo universidade/comunidade oportuniza que ambas se transformem mutuamente no sentido de qualificação da vida humana, considerada no seu sentido mais amplo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DORSCH, H. Diasporizando a Tradição: Griots e Estudiosos no Atlântico Negro. Contemporânea. **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 3, p. 1125-1156, 2020.

FEGHALI, J. Projeto de Lei n. 1786, de 2011. **Projetos de lei e outras proposições**, Câmara dos Deputados, 2011.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

SALON, J. S. **Quando chega o griô: conversas sobre a linguagem e o tempo com mestres afro-brasileiros**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS.

SANTOS, T.E.C. Negros Pingos nos “Is”: Djeli na África Ocidental; Griô como Transcrição; e Oralidade como um Possível Pilar da Cena Negra. **Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v.1, n.24, p. 157-173, 2015.

SILVA, C.S. Do Griô ao Vovô: O Contador de Histórias Tradicional Africano e Suas Representações na Literatura Infantil. **Nau Literária**, v. 09, n. 02. Voz e Interculturalidade, 2013.

SILVA, D.R.B. Os Contos e os Pontos: O lugar do saber e os saberes que tem lugar nas rodas de Pedagogia Griô. **Revista Fórum Identidades**. Dossiê: Educação e Africanidades. UFS, a. 06, v. 11, p. 56-69, 2012.

SOUZA, I.A.N. **Na confluência da roda: Educação Patrimonial, Diversidade Cultural e a Pedagogia Griô**. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PACHECO, LÍlian. **Pedagogia Griô: Educação, tradição e política de diversidade**. São Paulo: Divesita, 2015.